

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	7
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	8
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	12
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	29
Proposta de Orçamento de Capital	30
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	31

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	32
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	35
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	36
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	37
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	38
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	39

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	10.000
Preferenciais	0
Total	10.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	16.676.434	18.120.782	13.028.884
1.01	Ativo Circulante	16.062.137	17.620.601	12.492.655
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	874.794	2.928.986	235.660
1.01.03	Contas a Receber	15.168.592	14.674.816	12.253.416
1.01.06	Tributos a Recuperar	18.063	15.993	3.114
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	688	806	465
1.02	Ativo Não Circulante	614.297	500.181	536.229
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	120.000	0	0
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	120.000	0	0
1.02.01.02.02	Títulos e Valores	120.000	0	0
1.02.02	Investimentos	67.203	40.134	17.529
1.02.03	Imobilizado	427.094	460.047	518.700

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	16.676.434	18.120.782	13.028.884
2.01	Passivo Circulante	296.529	291.472	1.782.105
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	124.710	115.599	82.358
2.01.02	Fornecedores	82.004	28.138	29.130
2.01.03	Obrigações Fiscais	12.486	13.322	12.063
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	65.000	22.957	1.453.305
2.01.05	Outras Obrigações	12.329	111.456	205.249
2.02	Passivo Não Circulante	16.831.331	18.043.346	11.343.073
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	14.662.428	15.938.246	11.020.518
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	102.917	0	21.652
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	102.917	0	21.652
2.02.01.02	Debêntures	14.559.511	15.938.246	10.998.866
2.02.02	Outras Obrigações	2.168.903	2.105.100	322.555
2.03	Patrimônio Líquido	-451.426	-214.036	-96.294
2.03.01	Capital Social Realizado	10.000	10.000	10.000
2.03.02	Reservas de Capital	1.000	1.000	1.000
2.03.04	Reservas de Lucros	2.000	2.000	2.000
2.03.04.01	Reserva Legal	2.000	2.000	2.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-464.426	-227.036	-109.294

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.257.153	812.473	868.879
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-60.265	-42.103	-47.063
3.03	Resultado Bruto	1.196.888	770.370	821.816
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.177.790	-2.233.009	-1.705.069
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.253.167	-2.210.644	-1.711.543
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	75.377	-22.365	6.474
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-980.902	-1.462.639	-883.253
3.06	Resultado Financeiro	743.512	1.346.286	877.399
3.06.01	Receitas Financeiras	917.485	1.560.737	1.091.301
3.06.02	Despesas Financeiras	-173.973	-214.451	-213.902
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-237.390	-116.353	-5.854
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-1.389	-25.186
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-237.390	-117.742	-31.040
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-237.390	-117.742	-31.040

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	-237.390	-117.742	-31.040
4.03	Resultado Abrangente do Período	-237.390	-117.742	-31.040

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.456.106	667.940	-862.359
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.456.106	669.329	-832.706
6.01.03	Outros	0	-1.389	-29.653
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-87.687	-13.941	-546.574
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-510.399	2.039.327	1.285.620
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.054.192	2.693.326	-123.313
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.928.986	235.660	358.973
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	874.794	2.928.986	235.660

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	10.000	1.000	2.000	-227.036	0	-214.036
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10.000	1.000	2.000	-227.036	0	-214.036
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-237.390	0	-237.390
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-237.390	0	-237.390
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	10.000	1.000	2.000	-464.426	0	-451.426

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	10.000	1.000	2.000	-109.294	0	-96.294
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10.000	1.000	2.000	-109.294	0	-96.294
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-117.742	0	-117.742
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-117.742	0	-117.742
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	10.000	1.000	2.000	-227.036	0	-214.036

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	10.000	1.000	2.000	0	0	13.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	10.000	1.000	2.000	0	0	13.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-78.254	0	-78.254
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-78.254	0	-78.254
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-31.040	0	-31.040
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-31.040	0	-31.040
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	10.000	1.000	2.000	-109.294	0	-96.294

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	1.332.530	812.473	875.353
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.144.456	-1.145.367	-1.367.643
7.03	Valor Adicionado Bruto	188.074	-332.894	-492.290
7.04	Retenções	-93.571	-49.489	-26.746
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-93.571	-49.489	-26.746
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	94.503	-382.383	-519.036
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	917.485	1.560.749	1.091.301
7.06.02	Receitas Financeiras	917.485	1.560.749	1.091.301
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.011.988	1.178.366	572.265
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.011.988	1.178.366	572.265
7.08.01	Pessoal	655.899	727.574	367.438
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	204.536	191.929	91.915
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	388.943	376.605	143.952
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-237.390	-117.742	-31.040

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S/A****CNPJ: 15.229.110/0001-05**

Curitiba, 25 de março de 2022.

Aos acionistas da

CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A.

Senhores Acionistas,

A Administração da **CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A.**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com o Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021.

Em Atendimento a instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa AJCA Auditores Independentes S/S foi contratada pela Companhia, para prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2021, e não prestou desde a sua contratação serviços não relacionados à auditoria externa.

Atenciosamente,

CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A.

Diretor Presidente
Ricardo Prestes Mion

Notas Explicativas**CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S/A****CNPJ: 15.229.110/0001-05****Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021.****1) Contexto Operacional**

A Capitale Securitizadora de Crédito S.A, é uma sociedade anônima de capital aberto criada em 28 de outubro de 2011, tem como objetivo social (I) securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, financeiros, agronegócio e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação da respectivas garantias em créditos imobiliários; (II) emissão e colocação no mercado privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos, valores mobiliários e de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"); (III) prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de títulos e valores mobiliários; (IV) prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações no mercado secundário de créditos imobiliários, de acordo com a Lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; (V) emissão de debêntures em regime de distribuição pública ou privada na forma da Lei 6.404/76; (VI) realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos. Os possíveis riscos de não liquidação destas operações, são de responsabilidade dos investidores em sua totalidade. A companhia é tributada pelo Lucro Real e tem sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Avenida Silva Jardim, nº 2600, conj. 801, 8º andar, Edifício New Zeland Empresarial, bairro Água Verde, CEP: 80.240-020.

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021, foram autorizadas pelo conselho de administração em 25 de março de 2022.

2) Riscos

2.1 Risco de mercado:

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macro sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

Notas Explicativas**CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S/A****CNPJ: 15.229.110/0001-05****2.2 Política anti-inflacionária:**

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

2.3 Risco institucional:

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, de auto regulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

2.4 Risco fiscal:

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja em 2022 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

2.5 PIS/ COFINS:

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos em 2022, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas

Notas Explicativas**CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S/A****CNPJ: 15.229.110/0001-05**

– PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

2.6 Risco Operacional:

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

2.7 Direitos Creditórios:

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

2.8 Risco de Crédito:

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

2.9 Inadimplência:

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

Notas Explicativas**CAPITALE**
SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A.**CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S/A****CNPJ: 15.229.110/0001-05****3) *Apresentação das demonstrações financeiras***

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis Brasileiras que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao ***“Pronunciamento Conceitual Básico - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis emitido pelo CPC”*** e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

Continuidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e, assim irá manter-se por um futuro previsível, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

4) *Principais práticas contábeis*

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia.

Notas Explicativas**CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S/A****CNPJ: 15.229.110/0001-05****4.2 Reconhecimento de receita****i. Prestação de serviços**

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

ii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

iii. Receita de securitização

O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

4.3 Reconhecimento de despesas

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

Notas Explicativas



CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S/A

CNPJ: 15.229.110/0001-05

4.4 Impostos e contribuições**i. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes**

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

ii. Imposto sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **sociedades de crédito imobiliário**.
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%;

4.5 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração**i. Ativos financeiros – reconhecimento e mensuração**

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, que é composto pelo caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

Notas Explicativas**CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S/A****CNPJ: 15.229.110/0001-05****4.6 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos**

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

4.7 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e não identificou ajustes a serem contabilizados.

4.8 Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios

Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Instrução normativa 1.700 da Receita Federal em seu art. 71.

4.9 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões

Notas Explicativas**CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S/A****CNPJ: 15.229.110/0001-05**

são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4.10 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.11 Tributos a compensar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A empresa deverá manter controles extra contábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

4.12 Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento

Notas Explicativas**CAPITALE**
SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A**CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S/A****CNPJ: 15.229.110/0001-05**

(securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

4.13 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4.14 Evento Subsequente

A Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

5) Caixa e equivalentes de caixa

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos Bancários à vista	874.794	916.706
Aplicações Financeiras	-	2.012.280
Total de caixa e equivalentes de caixa	874.794	2.928.986

Notas Explicativas**CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S/A****CNPJ: 15.229.110/0001-05****6) Direitos creditórios a receber**

O saldo de Direitos Creditórios a receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços sem aquisição substancial de riscos e benefícios. Os valores são escriturados pelo valor de face dos Direitos Creditórios a receber, devido ao fato do prazo médio da carteira ser inferior a 180 dias, a empresa optou por não reconhecer o ajuste a valor presente, requerido pelo CPC 12.

A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

- i. Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.
- ii. Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação.

Notas Explicativas



CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S/A

CNPJ: 15.229.110/0001-05

a) Posição sintética de direitos creditórios relativa as operações:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Direitos Creditórios a Receber	24.632.073	20.460.916
(-) Créditos Vencidos e não liquidados	(683.481)	(683.481)
(-) Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.780.000)	(5.102.619)
Total de Direitos Creditórios a Receber	15.168.592	14.674.816

b) Posição por vencimento em dias da carteira de direitos creditórios:

	A vencer	Vencidos
até 30 dias	8.677.247	419.391
31 e 60 dias	2.624.189	139.291
61 e 90 dias	1.266.808	172.136
91 e 120 dias	530.100	51.114
121 e 150 dias	278.888	29.500
151 a 180 dias	152.270	72.269
acima 181 dias	755.389	9.463.481
(PECLD)	-	(9.463.481)
Total Geral	14.284.891	883.701
		15.168.592

A Perda Estimada de Créditos de Liquidação Duvidosas (PECLD) é classificada de acordo com os títulos vencidos em período superior a 180 dias, até o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para seu recebimento, sendo que não há expectativa de liquidação, de acordo com a Lei 13.097/2017, Art. 8º, § 7º, em consonância com o CPC 38.

Os demais créditos vencidos a mais de 181 dias não se enquadram nas hipóteses mencionadas acima, tendo a Companhia destinado esforços a conseguir renegociar a dívida para com os devedores.

Notas Explicativas



CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S/A

CNPJ: 15.229.110/0001-05

7) Títulos e valores

A conta "Títulos e valores" está assim disposta:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caução aluguel	120.000	-
Total de Títulos e valores	120.000	-

8) Investimentos e Imobilizado

a) **Investimentos:** A conta "Investimentos" é composta por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Quotas de Capital - Instituições	5.784	2.627
Consórcios	61.419	37.507
Total de Investimentos	67.203	40.134

b) **Imobilizado:** A conta "Imobilizado" é composta de equipamentos necessários ao andamento das atividades da Companhia, conforme demonstradas a seguir:

Descrição	Taxa	31/12/2021			31/12/2020
		Custo	Depreciação	Residual	Saldo
Equipamentos de informática	10%	93.489	(22.502)	70.987	78.518
Móveis e utensílios	10%	14.400	(4.788)	9.612	11.052
Terrenos e Imóveis	-				205.460
Veículos	20%	380.000	(33.505)	346.495	165.017
Total do Imobilizado		487.889	(60.795)	427.094	460.047

9) Empréstimos e financiamentos

A conta "empréstimos e financiamentos" no exigível a curto prazo está composta da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
BMW Financeira	65.000	22.957
Total de Empréstimos e Financiamentos	65.000	22.957

Notas Explicativas



CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S/A

CNPJ: 15.229.110/0001-05

Em relação ao exigível a longo prazo, compõe-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
BMW Financeira	102.917	-
Total de Empréstimos e Financiamentos - LP	102.917	-

10) Obrigações trabalhistas e sociais

A conta "Obrigações trabalhistas" está assim disposta:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
INSS a pagar	16.375	25.262
FGTS a pagar	3.660	2.700
Provisão de férias e encargos	71.195	55.542
Salários a pagar	31.522	28.375
Pró-labore a pagar	1.958	3.720
Total de Direitos Creditórios a Receber	124.710	115.599

11) Outras obrigações

A rubrica "Outras Obrigações", refere-se à valores pagos adiantados pelos clientes, reconhecidos como um passivo circulante ou não circulante ao final do exercício, ou em períodos menores conforme previsto no estatuto social. Os valores estão dispostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamento de Clientes			17.818	-
Adiantamento de Debêntures	5.231		86.540	-
Juros a apropriar		2.168.903	-	2.105.100
Total de outras obrigações	5.231	2.168.903	104.358	2.105.100

Notas Explicativas**CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S/A****CNPJ: 15.229.110/0001-05****12) Títulos e valores mobiliários**

No dia 30 do mês de maio de 2012, a companhia realizou assembleia geral extraordinária deliberando e aprovando a 1ª emissão privada de debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), realizada em série única, com prazo de subscrição de no máximo de 24 (vinte e quatro meses) contados a partir da data de sua emissão. Ao primeiro dia do mês de agosto a companhia aprovou o 2º aditamento ao instrumento particular da 1ª Emissão Privada de Debêntures Simples com base na autorização deliberada pela Assembleia Geral Extraordinária, alterando o item 12, informando que as debêntures farão jus a remuneração variável (prêmio de reembolso), calculado pelo prêmio de compra da carteira lastro, deduzida a taxa de intermediação e administração de carteira da emissora estipulada de 1,0% (um por cento) ao mês, individualizada em cada operação de cessão de crédito para fins de securitização.

No dia 24 do mês de setembro de 2013, a companhia realizou assembleia geral extraordinária deliberando e aprovando a 2ª emissão privada de debêntures, onde foram emitidas 150 (cento e cinquenta) debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) perfazendo o montante de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), realizada em série única. As debêntures desta emissão vencerão no prazo de 240 meses, contados a partir da data da emissão. Ao primeiro dia do mês de agosto a companhia aprovou o 1º aditamento ao instrumento particular da 2ª Emissão Privada de Debêntures Simples com base na autorização deliberada pela Assembleia Geral Extraordinária, alterando o item 12, informando que as debêntures farão jus a remuneração variável (prêmio de reembolso), calculado pelo prêmio de compra da carteira lastro, deduzida a taxa de intermediação e administração de carteira da emissora estipulada de 1,0% (um por cento) ao mês, individualizada em cada operação de cessão de crédito para fins de securitização.

No dia 23 do mês de agosto de 2017, a companhia realizou ata de reunião do conselho de administração deliberando e aprovando: a) O terceiro aditamento do instrumento particular de Escritura da Primeira Emissão Privada de Debêntures Simples e b) O Segundo Aditamento do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Privada de Debêntures Simples alterado o item 12 - Base de

Notas Explicativas



CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S/A

CNPJ: 15.229.110/0001-05

remuneração, da cláusula III – Do título e sua emissão item este que passou a vigorar, em ambos aditamentos a partir de 01 de agosto do ano corrente, com a seguinte redação: “**12) BASE DE REMUNERAÇÃO:** A partir de 01 de setembro de 2017 as debêntures farão jus a remuneração variável (prêmio de reembolso), calculado pelo prêmio de compra da carteira lastro, deduzida a taxa de intermediação e administração de carteira da emissora estipulada de 0,70% (sete décimos por cento) ao mês, individualizada em cada operação de cessão de crédito para fins de securitização.”

Dessa forma, temos em 31 de dezembro de 2020 a seguinte composição:

Descrição	Série	31/12/2021	31/12/2020
1ª emissão	Única	3.876.158	3.876.159
Remuneração 1ª emissão	Única	8.540.573	6.805.832
2ª emissão	Única	5.689.250	5.731.096
Remuneração 2ª emissão	Única	5.233.530	4.627.778
(-) Provisão para perdas com debêntures	Única	(8.780.000)	(5.102.619)
Total de obrigações com Debêntures		14.559.511	15.938.246

13) Patrimônio líquido

Capital Social

O Capital Social é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo totalmente integralizado, representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Reserva legal

A reserva legal constituída está dentro do limite de 20% não excedendo o capital social em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações e com o artigo 22º, § 1º, letra (a) do estatuto social da companhia.

AFAC

A companhia obteve o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) em adiantamento para futuro aumento de capital, a fim de liquidar obrigações pré-operacionais, sendo que esse valor será convertido em aumento de capital.

Patrimônio Líquido Negativo – Passivo a descoberto

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas, considerando-se a continuidade normal dos seus negócios. A Companhia

Notas Explicativas



CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S/A

CNPJ: 15.229.110/0001-05

apresenta deficiência de capital de giro e, passivo a descoberto, em razão de prejuízos acumulados nos últimos exercícios. A companhia encerrou o exercício de 2021 com o Patrimônio Líquido negativo em R\$ 451.426 (quatrocentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e vinte e seis reais), o qual deverá ser revertido com o resultado positivo de exercícios futuros.

14) Resultado operacional

O Resultado Operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, composto por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Receitas Operacionais	1.196.888	770.370
Receita de securitização	1.044.944	554.403
Receita de prestação de serviços	212.209	258.070
(-) PIS	(8.172)	(5.281)
(-) COFINS	(50.286)	(32.499)
(-) ISS	(1.807)	(4.323)
Despesas Operacionais	(2.253.167)	(2.210.644)
Despesas gerais e administrativas	(2.253.167)	(2.210.644)
Resultado operacional líquido	(1.056.279)	(1.440.274)

15) Resultado financeiro

O resultado financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, que estão assim compostas:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Receitas Financeiras	917.485	1.560.737
Descontos obtidos	37.361	311
Juros Recebidos	647.267	893.380
Receita Financeira de Sec.	216.888	617.045
Receita de Aplicação Financeira	6.623	53.256
Recuperação de despesas	9.346	(3.255)
Despesas Financeiras	(173.973)	(214.451)
Juros pagos	42	(53.151)
Descontos concedidos	(88.176)	(82.574)
Comissões e despesas bancárias	(60.612)	(76.744)
Remuneração de debêntures	(25.227)	(1.982)
Resultado financeiro líquido	743.512	1.346.286

Notas Explicativas**CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S/A****CNPJ: 15.229.110/0001-05****16) Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros atualmente utilizados pela companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, direitos de créditos a receber e debêntures a pagar, todos realizados em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos no item 3. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Valorização dos instrumentos financeiros:

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5): os saldos mantidos em contas correntes bancárias e contas de aplicações financeiras encontram-se ajustados de acordo com o valor da cota divulgada;

Direitos creditórios a receber (nota 6): os direitos creditórios a receber são avaliados no momento inicial pelo valor de face dos títulos adquiridos.

Empréstimos e financiamento (nota 9): os empréstimos com partes relacionadas estão considerados por seus valores de entrada, acrescido dos respectivos encargos incorridos.

Títulos e valores mobiliários (nota 12): considerando a natureza dos débitos específicos, não há valor de mercado comparável com os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2021;

Curitiba - PR, 28 de março de 2022.

Ricardo Prestes Mion
Diretor Presidente

Arceu Lorenzo
Contador
CRC PR 020661/O-1

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A empresa declara que não há comentários sobre o comportamento das Projeções Empresarias.

Proposta de Orçamento de Capital

A Companhia declara não possuir proposta de Orçamento de Capital.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

A Companhia declara que não há outras informações consideradas relevantes.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos
Acionistas e Administradores da
CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S/A
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Capitale Securitizadora de Crédito S.A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas, considerando-se a continuidade normal dos seus negócios. A Companhia apresenta deficiência de capital de giro e, passivo a descoberto de R\$ 451.426, em razão de prejuízos acumulados nos últimos exercícios. A continuidade normal das operações da Companhia, está relacionada a obtenção de um nível de rentabilidade, o qual produza o suficiente e necessário capital de giro, ou, o aporte de novos recursos por parte dos acionistas e/ou terceiros, conforme descrito na nota explicativa nº 13. Nossa opinião não se modifica em razão do assunto enfatizado.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Títulos e Valores Mobiliários (Nota explicativa 12)

A emissão e colocação de títulos e valores mobiliários é uma das etapas da securitização de créditos. Durante o exercício a Companhia não efetuou emissão de debêntures. Essas emissões precisam ser devidamente registradas nos Órgãos Específicos e publicadas no Diário Oficial e jornal de grande circulação, quando realizadas. Devido à relevância, esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de análise de todos os documentos relacionados a emissão de debêntures, verificando os procedimentos corretos para que essas debêntures estejam devidamente lastreadas em direitos creditórios, bem como, analisamos a remuneração das debêntures para a data base de 31 de dezembro de 2021.

Valorização de instrumentos financeiros (Nota explicativa 16)

As operações da companhia são voltadas à aquisição e securitização de direitos creditórios imobiliários, emissão e colocação de títulos e valores mobiliários, cessão e reaquisição dos direitos creditórios, prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos. Entendemos que estas operações expõem a companhia, a riscos de perdas financeiras, decorrente da aquisição de créditos que possam incorrer em inadimplência e consequente perdas financeiras. Com objetivo de reduzir a respectiva exposição a perdas, a companhia possui um ambiente de controles internos, voltados a análise de créditos e confirmações de operações, com critérios predefinidos para aquisição de recebíveis, bem como o monitoramento constante da carteira dos respectivos recebíveis pela gestão da companhia, visando assim, minimizar a possibilidade de aquisições de crédito cuja liquidez seja duvidosa ou sem lastro. Devido à relevância, esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de controles internos sobre o processo de análise de crédito, gestão e reconhecimento e classificação desses instrumentos financeiros. Obtivemos o relatório financeiro analítico de todos os recebíveis em aberto na data base de 31 de dezembro de 2021, onde promovemos testes relacionados a idade dos respectivos títulos e testes de liquidações subseqüentes. Avaliamos também a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

Informações correspondentes sobre as demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as informações relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais, referentes ao período de 31 de dezembro de 2021 elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA.

Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis correspondentes individuais tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria planejando os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 28 de março de 2022.

AJCA AUDITORES INDEPENDENTES S/S.
CRC/PR – 005288/O-6

Antonio Justichechem

Contador CRC/PR – 037.469/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

A companhia declara que não possui Conselho Fiscal instalado.

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

A companhia declara que não possui Comitê de Auditoria.

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

A companhia declara que não possui Comitê de Auditoria.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em cumprimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria DECLARA ter revisto, discutido e concordado integralmente com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao período findo em 31 de dezembro de 2021.

Curitiba-PR, 28 de março de 2022.

DIRETORIA

Ricardo Prestes Mion

Diretor Presidente

Elaine Sarolli Mion

Diretora Vice-Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento à instrução CVM nº 480, de 7 de setembro de 2009, a Diretoria DECLARA ter visto, discutido e concordado com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia de 28 de março de 2022, referente ao período de 31 de dezembro de 2021.

Curitiba-PR, 28 de março de 2022.

DIRETORIA

Ricardo Prestes Mion

Diretor Presidente

Elaine Sarolli Mion

Diretora Vice-Presidente